

Carlos Eduardo de Marins

**PROCESSO SELETIVO PARA BOLSA AUXÍLIO DO PROGRAMA DE AÇÕES
AFIRMATIVAS NA UFRJ: avaliação do formulário**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação da Fundação
Cesgranrio, como requisito para a
obtenção do título de Mestre em
Avaliação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lucí Mary Araujo Hildenbrand

Rio de Janeiro
2014

M337p Marins, Carlos Eduardo de.
Processo seletivo para bolsa auxílio do programa
de ações afirmativas na UFRJ: avaliação do formulário
/ Carlos Eduardo de Marins. – 2014.
52 f.; 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lucí Mary Araujo Hildenbrand
Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação) –
Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2014.
Bibliografia: f. 45-47.

1. Assistência Social - Avaliação 2. Universidade
Federal do Rio de Janeiro I. Hildenbrand, Lucí Mary
Araujo. II. Título.

CDD 361.05

Ficha catalográfica elaborada por Anna Karla S. da Silva (CRB/7 6298)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta dissertação.

Assinatura

Data

CARLOS EDUARDO DE MARINS

**PROCESSO SELETIVO PARA BOLSA AUXÍLIO DO PROGRAMA DE AÇÕES
AFIRMATIVAS NA UFRJ: avaliação do formulário.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Fundação Cesgranrio, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Avaliação.

Aprovado em 16 de dezembro de 2014

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. LUCÍ MARY ARAÚJO HILDENBRAND
Fundação Cesgranrio



Prof^ª. Dr^ª. LIGIA GOMES ELLIOT
Fundação Cesgranrio



Prof^ª. Dr^ª. MÔNICA FERREIRA DA SILVA
Universidade Federal do Rio de Janeiro

"Se enxerguei mais longe, foi porque estava sobre os ombros de gigantes."
(NEWTON, Isaac, 1676).

Dedico esta dissertação à minha família,
Cláudia, Jéssica e Bruna, fontes da
energia que me move e alimenta.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dr.^a Lucí Mary Araujo Hildenbrand, pelo apoio e preciosos ensinamentos na orientação deste estudo avaliativo.

À Prof.^a Dr.^a Ligia Gomes Elliot, Coordenadora Geral do Mestrado Profissional em Avaliação, da Fundação Cesgranrio, pela motivação e por compartilhar seus conhecimentos e experiência profissional.

À Prof.^a Dr.^a Mônica Ferreira da Silva, por participar da Banca Examinadora e pelas contribuições que enriqueceram o estudo.

Aos professores do Mestrado Profissional em Avaliação, da Fundação Cesgranrio, que me conduziram no sentido de me tornar um avaliador.

Às assistentes sociais da Divisão de Apoio ao Estudante da UFRJ, pela imprescindível colaboração no desenvolvimento desta avaliação.

À amiga Maria Luiza Cavalcanti Jardim, pessoa de caráter admirável que, por vivenciar experiências semelhantes no Mestrado, se tornou uma amiga inesquecível, ótima ouvinte e conselheira.

À minha amada esposa Cláudia e às filhas Jéssica e Bruna, pelo amor incondicional de todos os dias, horas, minutos e segundos. Nossa união nos dá força para transpor limites e seguir em frente, com a certeza de sempre estarmos juntos.

Aos meus pais Osmar e Dilce, que me ensinaram a dar o real valor ao que não tem preço.

Aos meus irmãos Marcos e Cláudio, pela simplicidade com que levam a vida.

Às bibliotecárias Alessandra Hermógenes Rodrigues e Anna Karla Sousa da Silva pela atenção, dedicação, presteza e profissionalismo.

Aos profissionais da Fundação Cesgranrio, em especial à Nilma Gonçalves Cavalcante e ao Valmir Marques de Paiva, por proporcionarem momentos de tranquilidade quando tudo parecia difícil.

Enfim, a todos que de alguma forma estão presentes na minha linha do tempo.

RESUMO

O objetivo do estudo foi avaliar o formulário utilizado no processo seletivo para concessão de bolsas assistenciais na Universidade Federal do Rio de Janeiro, modalidade Bolsa Auxílio, em 2014. Padrões de utilidade, adequação e precisão, estabelecidos pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (1994), foram estudados, selecionados e adaptados em consonância ao objeto da avaliação. A abordagem avaliativa adotada foi a centrada em especialistas, que contou com um painel de oito juízes, experientes no processo seletivo, coordenado pela Divisão de Apoio ao Estudante da UFRJ. Uma lista de verificação com 15 itens relacionados aos padrões foi construída e validada quanto à técnica e ao conteúdo. Os resultados, obtidos em atenção à questão avaliativa, mostraram o desempenho do formulário frente aos padrões, considerando três níveis de julgamento. As considerações destacam o atendimento a dois padrões, respeito aos direitos dos candidatos e informação válida; os demais deles não foram atendidos. As recomendações apontam a necessidade de melhorias em relação a campos do formulário e ao *design*, além de sua conjugação a outros instrumentos de medidas e avaliação qualitativos. Também recomendam reparações no sistema e necessidade de treinamento da equipe envolvida no processo seletivo, objetivando consistência das ações.

Palavras-chave: Avaliação centrada em especialistas. Bolsas assistenciais. Assistência estudantil. Programa de Ação Afirmativa na UFRJ. PNAES.

ABSTRACT

The purpose of this study was to evaluate the form used in the selection process for concession assistance scholarships from the Federal University of Rio de Janeiro, mode assistance scholarship in 2014. utility standards, adequacy and accuracy, established by the Joint Committee on Standards for Educational Evaluation (1994), were studied, selected and adapted in line to the evaluation object. The evaluation approach adopted was centered on specialists, which included an eight judge panel, experienced in the selection process, coordinated by the Division of Student Support UFRJ. A checklist of 15 items related to standards was constructed and validated on the technical and content. The results, built on attention to evaluative question, showed the form of performance front the standards, considering three levels of judgment. The considerations highlight the care of two standards, respect for the rights of candidates and valid information; the rest of them were not met. The recommendations highlight the need for improvements in relation to the form fields, and the design, and conjugation to other measurement instruments and qualitative evaluation. They also recommend repairs to the system and need for training of staff involved in actions aiming consistency.

Keywords: Evaluation centered on specialists. Assistance scholarship. Student assistance. Affirmative Action Program at UFRJ. PNAES.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Processo seletivo em 2014: candidatos inscritos e selecionados	15
Gráfico 2	Quantitativo de Bolsa de Auxílio no período de 2007 a 2014.....	18
Figura 1	Dados pessoais.....	19
Figura 2	Informações escolares.....	21
Figura 3	Composição familiar.....	21
Figura 4	Campos do formulário de avaliação documental.....	23
Quadro 1	Pontuação dos campos.....	23
Quadro 2	Campos sem pontuação.....	24
Quadro 3	Padrões de Utilidade.....	29
Quadro 4	Padrões de Adequação.....	29
Quadro 5	Padrões de Precisão.....	30
Quadro 6	Correspondência entre os padrões adaptados e os itens da lista de verificação.....	31
Gráfico 3	Desempenho dos itens no nível de julgamento Atende.....	41
Quadro 7	Padrões atendidos pelo formulário.....	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Orçamento disponibilizado para o Programa Nacional de Assistência Estudantil (2008-2013).....	13
Tabela 2	Investimentos da UFRJ na assistência estudantil no ano de 2014..	14
Tabela 3	Julgamento do Formulário junto aos padrões de utilidade.....	34
Tabela 4	Julgamento do Formulário junto aos padrões de adequação.....	37
Tabela 5	Julgamento do Formulário junto aos padrões de precisão.....	39

SUMÁRIO

1	O PROGRAMA DE BOLSAS ASSISTENCIAIS NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR.....	12
1.1	O PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	12
1.2	PRINCÍPIOS NORTEADORES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO..	13
1.3	O PROGRAMA DE BOLSAS ASSISTENCIAIS NA UFRJ.....	14
1.4	OBJETIVO E JUSTIFICATIVA.....	15
2	A SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE POLÍTICAS ESTUDANTIS DA UFRJ.....	17
2.1	FORMULÁRIO DE SELEÇÃO PARA BOLSA AUXÍLIO.....	19
2.1.1	Formulário de inscrição – informações do candidato.....	19
2.1.2	Ficha de avaliação documental.....	22
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	25
3.1	ABORDAGEM AVALIATIVA.....	25
3.2	QUESTÃO AVALIATIVA.....	26
3.3	SELEÇÃO DAS CATEGORIAS E PADRÕES DA AVALIAÇÃO.....	26
3.3.1	Adaptação de padrões.....	28
3.4	CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO	30
3.5	APLICAÇÃO DA LISTA DE VERIFICAÇÃO.....	32
3.6	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	32
4	RESULTADOS.....	34
4.1	ATENDIMENTO DO FORMULÁRIO A PADRÕES DE UTILIDADE.....	34
4.2	ATENDIMENTO DO FORMULÁRIO A PADRÕES DE ADEQUAÇÃO.	36
4.3	ATENDIMENTO DO FORMULÁRIO A PADRÕES DE PRECISÃO.....	39
4.4	RESUMO DO DESEMPENHO DOS ITENS.....	40
5	CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES.....	42
5.1	CONSIDERAÇÕES.....	42
5.2	RECOMENDAÇÕES.....	43
	REFERÊNCIAS.....	45
	APÊNDICE A – Carta-convite aos especialistas para validação técnica e de conteúdo.....	49
	APÊNDICE B – Carta-convite encaminhada aos especialistas da DAE/UFRJ.....	50
	APÊNDICE C – Lista de verificação do estudo.....	51

1 O PROGRAMA DE BOLSAS ASSISTENCIAIS NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Para tratar do Programa de Bolsas Assistenciais, adotado em instituições brasileiras de ensino superior, serão abordados o Plano Nacional de Assistência Estudantil, os princípios que norteiam a política assistencial aos graduandos e a forma pela qual o referido Programa se caracteriza no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O objetivo e a justificativa do estudo serão também apresentados.

1.1 O PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O processo seletivo de concessão de bolsas assistenciais nas instituições federais de ensino superior (IFES) é parte do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007), e consolidado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010).

Executado no âmbito da Secretaria de Educação Superior (SESu), do Ministério da Educação, o PNAES tem como meta apoiar a permanência de estudantes de menor poder aquisitivo, matriculados em cursos de graduação presencial das IFES, viabilizando a igualdade de oportunidades e contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater a repetência e a evasão.

O PNAES modificou o panorama da assistência estudantil no Brasil, quando estabeleceu as diretrizes norteadoras para a definição de ações nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Os critérios de seleção dos estudantes para participar do Programa levam em conta não só seu perfil socioeconômico, mas também aqueles considerados relevantes por cada instituição.

A história da assistência estudantil nas IFES não teve início com o PNAES, muito embora o Programa tenha contribuído de forma significativa para reestruturar as ações na área. O investimento público destinado ao Programa, ao longo dos últimos cinco anos, consta da Tabela 1.

Tabela 1 - Orçamento disponibilizado para o Programa Nacional de Assistência Estudantil (2008-2013)

Ano	Orçamento (R\$)
2008	125 milhões
2009	204 milhões
2010	304 milhões
2011	367 milhões
2012	504 milhões
2013	604 milhões

Fonte: O autor (2014).

Os dados da Tabela 1 evidenciam a expressiva evolução do orçamento disponibilizado para o PNAES, no intervalo destacado, indicando credibilidade no Programa por parte do poder público.

1.2 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

No âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a atualização e implementação do documento “Subsídios para uma proposta de política de assistência ao estudante: documento para discussão” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2007), em assessoria à Câmara de Corpo Discente, do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), propõe que a política de assistência ao estudante na Instituição seja regulada pelos seguintes princípios:

1. A educação será desenvolvida com base, entre outros, no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola - Artigo 206, Inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil e Artigo 3, Inciso I, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
2. A assistência social é um direito de cidadania garantida constitucionalmente, assentada no tripé da seguridade social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social.
3. A Política de Assistência ao Estudante deve estar organicamente articulada à Política Acadêmica.
4. A Política de Assistência ao Estudante deve garantir as seguintes dimensões: apoio ao desenvolvimento acadêmico, suporte psicossocial, condições de moradia, acesso à alimentação, à saúde e às atividades socioculturais e esportivas, além de alternativas de transporte aos locais das atividades acadêmicas. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2007, p. 4).

Em relação aos objetivos, o documento defende que cabe a UFRJ garantir o apoio necessário à plena realização do aluno universitário, nas esferas da vida acadêmica, cultural, social e política, bem como desenvolver mecanismos que

promovam condições socioeconômicas favoráveis à permanência e ao êxito acadêmico de alunos de baixa renda.

Para tanto, sugere a adoção de algumas estratégias, a exemplo da criação de um conjunto articulado de programas e projetos, que otimizem o emprego dos recursos da Universidade, potencializando os espaços físicos, os serviços existentes e a articulação das diversas instâncias institucionais.

1.3 O PROGRAMA DE BOLSAS ASSISTENCIAIS NA UFRJ

Ao longo dos anos, a UFRJ vem exercendo ações no sentido de viabilizar a permanência dos estudantes de baixa renda nos cursos de graduação.

Em 2014, o PNAES destinou cerca de 42 milhões de reais para os programas assistenciais da UFRJ. A Tabela 2 discrimina a distribuição dos recursos, por tipo de assistência fornecida aos estudantes.

A Tabela 2 - Investimentos da UFRJ na assistência estudantil no ano de 2014

Tipo de assistência	Investimentos (R\$)
Bolsas de Assistência Estudantil	37 milhões
Reforma da Residência Estudantil	8 milhões
Construção da Residência Estudantil 2	32 milhões
Restaurantes Universitários	12 milhões
Transporte	8 milhões
Total	97 milhões

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (2013a).

Convém destacar que, do montante dos 97 milhões de reais alocados e destinados aos diversos tipos de assistência aos graduandos (Tabela 2), 42 milhões de reais foram repassados pelo MEC, via PNAES, e 55 milhões de reais, pela própria Universidade.

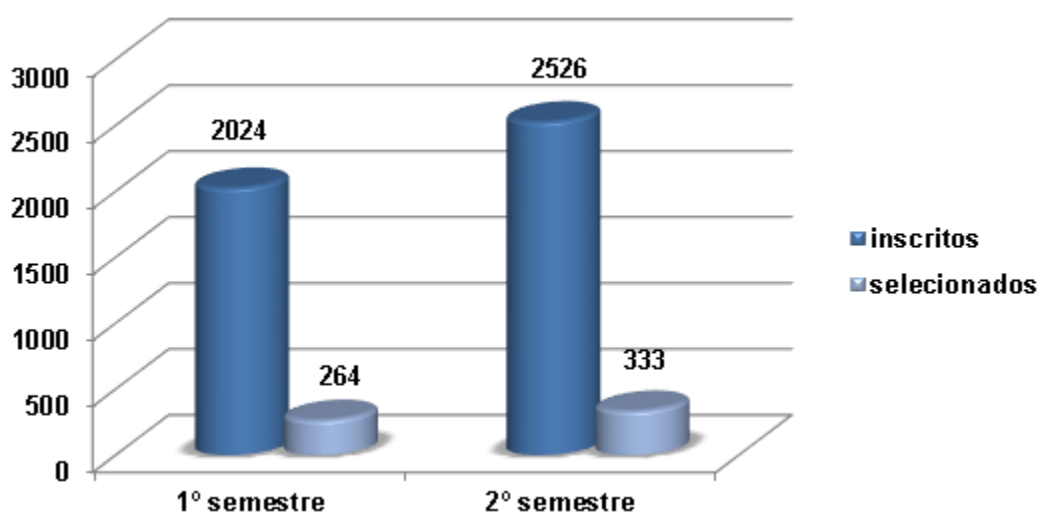
O fato de o valor despendido pela Instituição representar 23% do seu orçamento global evidencia o grau de importância atribuído à política de assistência estudantil, cuja complexidade é reconhecida:

Em não havendo uma rigorosa observância à dimensão qualitativa, a assistência estudantil, em alguns casos, poderá ser maléfica – não em sua essência, mas nos seus resultados. Poderá, sim, ser um fator de estímulo à retenção de alguns estudantes e, conseqüentemente, ao aumento do prazo para a conclusão dos cursos. Ou, em não garantindo as condições para a permanência dos estudantes em

condições de vulnerabilidade econômica, poderá implicar num aumento da evasão. Será o pior dos cenários. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2013a).

Na UFRJ, a demanda por bolsas assistenciais tem aumentado a cada semestre. A insuficiente oferta de bolsas tem ocasionado a elevação da demanda reprimida, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Processo seletivo em 2014: candidatos inscritos e selecionados



Fonte: O autor (2014).

O processo de seleção dos candidatos é mediado por um formulário que pode ser determinante na continuidade da formação acadêmica de estudantes de baixa renda na Instituição.

1.4 OBJETIVO E JUSTIFICATIVA

O objetivo deste estudo foi avaliar a qualidade técnica do formulário utilizado no processo seletivo para Bolsa Auxílio, concedida pela UFRJ, em 2014.

A falta de uma avaliação formal do referido formulário e as constantes adaptações porque passou, ao longo do tempo, determinaram a demanda real do seu aprimoramento, por parte da Divisão de Apoio ao Estudante (DAE). Por integrar a equipe de desenvolvimento do sistema, que informatizou esse processo seletivo, e por compartilhar da expectativa da DAE, o avaliador reconheceu a propriedade de encaminhar este estudo na direção desse atendimento. Neste sentido, atentou às observações de Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 51-52):

a avaliação realizada por um agente interno, que se supõe conhecer melhor o programa, corre o risco de perder-se a objetividade das análises, devido a estar envolvido com o desenvolvimento do programa. No entanto, por ser da equipe do programa, o avaliador interno pode dispor de informações relevantes para o direcionamento das avaliações.

A avaliação do programa ainda se justifica porque convém à Instituição saber se as políticas institucionais em curso estão em consonância com os objetivos. De acordo com Amoras e Rodrigues (2009, p.136)

as avaliações devam seguir procedimentos sistemáticos, cujas possibilidades de acertos são maiores. [...]. Avaliar um projeto e divulgar os resultados é uma forma de se prestar contas à sociedade sobre os atos desenvolvidos, qual foi o motivo de sua criação, seu objetivo etc. Dessa forma, dá-se legitimidade ao seu desenvolvimento.

Embora este estudo tenha como foco a avaliação do formulário utilizado no processo seletivo para as bolsas assistenciais, na modalidade bolsa auxílio, cabe destacar seu uso, também, na modalidade benefício moradia, apenas sofrendo pequenas modificações na etapa de avaliação documental. Portanto, diante do elevado quantitativo de alunos envolvidos nestes dois processos, grifa-se, mais uma vez, a necessidade de se avaliar a qualidade técnica do referido instrumento, de forma emergencial.

2 A SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE POLÍTICAS ESTUDANTIS DA UFRJ

Criada em 14 de julho de 2011, a Superintendência Geral de Políticas Estudantis (SUPEREST) é, na UFRJ, a estrutura pedagógico-administrativa voltada ao planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação dos programas e ações, direcionados à comunidade discente (SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE POLÍTICAS ESTUDANTIS, 2014). Por meio dela, busca-se a consolidação de uma ampla política de atendimento e assistência estudantil.

Visando a disponibilização de condições adequadas para acesso, permanência, bem-viver e aproveitamento acadêmico dos estudantes, a SUPEREST, dentre os seus objetivos, busca:

- ampliar os programas de assistência estudantil já existentes, incluindo a modalidade Bolsa Auxílio;
- implementar ações que contribuam para a permanência dos estudantes, particularmente, os que se adequam ao perfil visado pela política de assistência do PNAES;
- acompanhar o processo de seleção e aplicação das bolsas de natureza assistencial, decorrentes de políticas de ações afirmativas, traçadas pela Universidade, a exemplo das bolsas Auxílio, Benefício Moradia¹ e Acesso e Permanência².

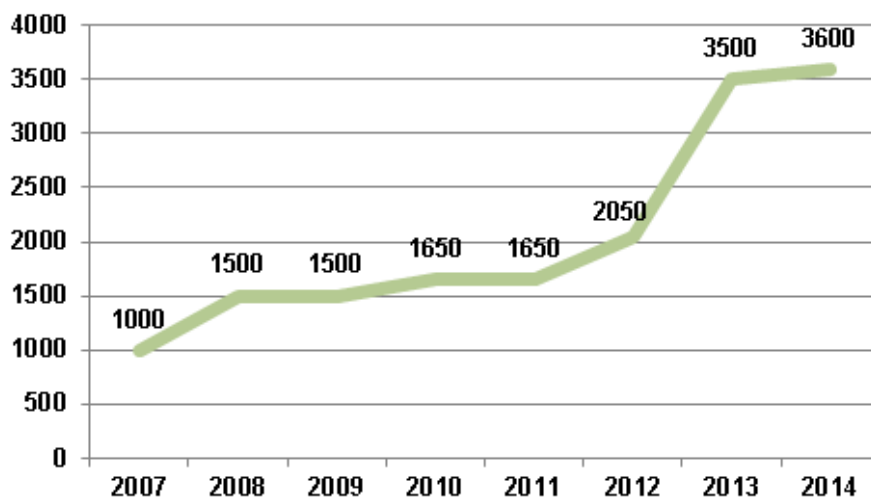
A Divisão responsável pelo cumprimento destes objetivos é a DAE, anteriormente denominada Divisão de Assistência Estudantil e subordinada à Pró-Reitoria de Graduação. Desde a década de 70, a DAE gerencia o programa de bolsas de assistência a estudantes cujas dificuldades socioeconômicas põem em risco a sua permanência na Instituição. Para tal, conduz suas atividades com o propósito de garantir apoio social, econômico, cultural, por meio de mecanismos que viabilizem a plena realização das expectativas dos alunos.

O Gráfico 2 mostra a evolução do quantitativo de bolsas assistenciais, na modalidade Bolsa Auxílio, concedidas pela UFRJ, no período de 2007 a 2014.

¹ Corresponde à concessão de vaga no alojamento, localizado no *campus* Fundão.

² Destinada aos alunos ingressantes na modalidade Ação Afirmativa, que “é toda política voltada para correção de desigualdades sociais geradas ao longo do processo histórico de cada sociedade” (Carvalho, 2013 apud SANTOS, 2013, p.13).

Gráfico 2 - Quantitativo de Bolsa de Auxílio no período de 2007 a 2014



Fonte: O autor (2014).

Para a concessão e renovação da Bolsa Auxílio, os critérios adotados pela SUPEREST seguem as determinações estabelecidas pela Resolução CEG nº 01/2008 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2008), a saber:

- a) estar regularmente matriculado em curso de graduação da UFRJ;
- b) demonstrar dificuldades socioeconômicas;
- c) não ter concluído qualquer curso de graduação;
- d) não ter sofrido sanção disciplinar;
- e) estar inscrito, no mínimo, em 20 horas semanais em disciplinas de graduação da UFRJ ou ter parecer da Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico que justifique carga horária menor;
- f) não se enquadrar nas situações previstas para o cancelamento de matrícula Resolução CEG nº 10/2004 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2004);
- g) apresentar coeficiente de rendimento acadêmico superior a 3,0;
- h) não apresentar três reprovações ou mais em uma mesma disciplina do curso em que estiver regularmente matriculado.

O processo seletivo para concessão de Bolsa Auxílio tem início a partir da divulgação de Edital no *site* da SUPEREST e consta de duas etapas: preenchimento e envio do formulário de inscrição, seguido de análise preliminar, e avaliação documental.

De acordo com o Edital de Seleção,

[...] para Bolsa Auxílio nº 01/2014, o benefício consiste na concessão de bolsa de assistência financeira cujo valor atual corresponde a R\$ 400,00, acrescido de R\$ 150,00 para transporte. Especifica, ainda, que não podem participar desta seleção os alunos que optarem pelo Benefício Moradia ou que tiverem ingressado na IES por meio da modalidade Ação Afirmativa, com recorte socioeconômico, ou seja, alunos do ensino público, provenientes de famílias de baixa renda. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2013b).

2.1 FORMULÁRIO DE SELEÇÃO PARA BOLSA AUXÍLIO

2.1.1 Formulário de inscrição – informações do candidato

A primeira etapa da inscrição divide-se em três blocos, intitulados: dados pessoais, informações escolares e composição familiar.

No primeiro bloco, composto por 17 campos, o candidato deverá informar seus dados pessoais: CPF, nome completo, data de nascimento, documento de registro acadêmico emitido pela Divisão de Registro de Estudantes (DRE), naturalidade, sexo, CEP, endereço, cidade, telefone, *e-mail*, celular, estado civil, transporte utilizado para ir a UFRJ e número de conduções envolvidas, etnia/raça e tipo de escola em que cursou o ensino médio.

A Figura 1 mostra a distribuição dos campos citados no formulário de inscrição.

Figura 1 – Dados pessoais

A imagem mostra um formulário web intitulado "Dados do Pessoais" com 17 campos de entrada organizados em três colunas:

- Coluna 1:** CPF (campo de texto), DRE (campo de texto), Telefone (campo de texto), Estado Civil (menu suspenso "Selecione..."), Etnia/Raça (menu suspenso "Selecione...").
- Coluna 2:** Nome Completo (campo de texto), Natural (menu suspenso "Selecione..."), E-mail (campo de texto), Transporte utilizado para ir à UFRJ (menu suspenso "Selecione..."), Tipo de escola em que cursou o Ens. Médio (menu suspenso "Selecione...").
- Coluna 3:** Data de Nascimento (campo de data), Sexo (menu suspenso "Selecione..."), Celular (campo de texto), Número de conduções utilizadas para ir à UFRJ (menu suspenso "Selecione...").

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (2014).

As informações coletadas a partir dos campos nome completo, endereço, telefone, celular e *e-mail* permitem identificar o candidato e facilitam o contato da DAE, tendo em vista a obtenção de possíveis esclarecimentos e a divulgação dos resultados. O campo DRE, que remete à Divisão de Registro de Estudante, solicita o número de matrícula do candidato na Instituição.

O campo Etnia/Raça permite verificar a distribuição dos interessados no tocante a este aspecto, mostrando-se coerente com as políticas públicas de assistência que vêm sendo desenvolvidas no país, desde a primeira versão do PNAES, em outubro de 1998. Neste contexto, o relatório da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), encomendado ao Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, com o objetivo de mapear a vida social, econômica e cultural dos estudantes de graduação presencial das Universidades Federais brasileiras, concluiu que

os estudantes de raça/cor/etnia branca são maioria (54% [em 2010] contra 59%, em 2004), em especial na classe A (74%). O percentual de estudantes de raça/cor/etnia preta aumentou de 5,9%, em 2004, para 8,7%, em 2010. Este aumento ocorreu em todas as regiões, com destaque para a região Norte, que praticamente dobrou o seu percentual (13,4% [em 2010] contra 6,8%, em 2004), e a região Nordeste, que teve um aumento de 46% (12,5% [em 2010] contra 8,6%, em 2004). O universo de estudantes de raça/cor/etnia preta e parda também aumentou (40,8% [em 2010] contra 34,2%, em 2004) e sua maior concentração está nas classes C, D e E (53,3% [em 2010] contra 43,7%, em 2004). (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR, 2011, p. 23).

Destacou, ainda, que “esta nova configuração é resultante, sobretudo, da institucionalização nestes últimos anos das várias políticas de inclusão, em especial das várias modalidades de ações afirmativas e também do programa de expansão das Universidades Federais”. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR, 2011, p. 23).

Os campos relacionados ao transporte permitem contabilizar o custo de locomoção do candidato à Universidade, com base nas informações relativas ao tipo e ao número de transportes utilizados.

A procedência do candidato, quanto à escolarização anterior, é obtida com base na informação declarada no campo tipo de escola em que cursou o ensino médio, podendo ser proveniente de escola pública ou privada.

No que diz respeito à vida acadêmica, na UFRJ, o formulário, por meio de seu segundo bloco, requer do candidato os seguintes dados: *campus*, curso, turno, período, forma de acesso, informação de solicitação anterior de bolsa de assistência estudantil e existência na Instituição de outro bolsista da família (Figura 2).

Figura 2 – Informações escolares

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (2014).

As informações registradas nos campos *campus*, curso, turno e período são relevantes para que se possa identificar a distribuição das solicitações na Instituição. Dados obtidos na DAE mostram um percentual acentuado de solicitações de candidatos provenientes dos cursos da Escola de Serviço Social e da Faculdade de Letras (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2013a).

No campo forma de acesso é possível verificar de que forma o candidato se matriculou na UFRJ, por vestibular, transferência externa ou isenção de vestibular.

Pode-se, ainda, identificar se o candidato já solicitou outra bolsa e se possui familiar com bolsa.

O terceiro bloco do formulário de inscrição requer informações referentes à composição familiar do candidato: nome, grau de parentesco, idade, escolaridade, ocupação atual, tipo de vínculo e rendimento bruto (Figura 3).

Figura 3 – Composição familiar

Nome	Grau de Parentesco	Idade	Escolaridade	Ocupação atual	Tipo de Vínculo	Rendimento Bruto

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (2014).

As informações requeridas pelo bloco contribuem para que a Universidade estabeleça a renda *per capita* do candidato.

2.1.2 Ficha de avaliação documental

Precedendo a segunda etapa do processo seletivo, denominada avaliação documental, os candidatos são pré-selecionados, em conformidade com o que estabelece o art. 5º do Decreto nº 7234 (BRASIL, 2010):

serão atendidos no âmbito do PNAES [Programa Nacional de Assistência Estudantil] prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. (BRASIL, 2010).

Após a divulgação do resultado da pré-seleção, o candidato imprime o seu formulário, disponível no *site* da SUPEREST, e o entrega a DAE, acrescentando as documentações acadêmicas, de identificação civil, de comprovação de renda de todos os membros do grupo familiar, incluindo ele próprio, e demais despesas acrescidas de comprovantes de vencimento, no mês estabelecido.

Em seguida,

serão analisadas as solicitações pré-selecionadas [...], no quantitativo correspondente a até 2 vezes o número de vagas disponibilizadas [...] [no] Edital. O critério para esta análise tomará por base as informações referentes à renda familiar *per capita* declarada no formulário de inscrição *on-line*. [...] Caso a documentação de renda apresentada não comprove os dados descritos na inscrição *on-line* no formulário preenchido, o aluno poderá ter a sua participação na seleção invalidada. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2013b, p. 2).

A segunda etapa propriamente consiste da avaliação documental e objetiva determinar o deferimento ou indeferimento das solicitações de Bolsa Auxílio. Considera um conjunto itens distribuídos nos 19 campos do formulário: 15 deles são preenchidos por assistentes sociais e os quatro restantes, calculados pelo sistema, que dispõe das informações anteriormente fornecidas pelos candidatos. A Figura 4 apresenta a distribuição dos campos do Formulário destinados à avaliação documental.

Figura 4 – Campos do formulário de avaliação documental

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (2014).

Dos campos dessa parte do formulário, oito são pontuáveis com valores diversos que variam entre -10 e 40; aos demais, não é atribuída nenhuma pontuação. O Quadro 1 apresenta os campos do primeiro grupo, com as respectivas opções de entrada e pontuações correspondentes.

Quadro 1 – Pontuação dos campos

Campo	Opções de entrada	Pontuação
Bens	Muito significativos	40
	Significativos	20
	Pouco significativos	8
	Nenhum	0
Despesas com habitação	Sim	0
	Não	20
Local de moradia	Zona oeste, baixada, zona sul, centro ou zona norte	30
	Próximo - o candidato reside nas imediações do local de estudo	18
	Municípios	10
	Inviabiliza - distante do local de estudo	0
Documentação	Completa	0
	Incompleta	10
Pai ou mãe com nível superior	Sim	0
	Não	-10
Principal provedor	Mercado formal	0
	Mercado informal	-5
	Não exerce atividade remunerada	-10
Aluno mora só (rendimento próprio)	Sim	-10
	Não	0
Problema de saúde do aluno ou familiar que impeçam sua inserção no mercado ou tenha impacto na renda familiar	Sim	-10
	Não	0

Fonte: O autor (2014).

Das 21 opções de entrada pontuáveis, 13 concentram-se entre -10 e 0 (zero) ponto. A pontuação

- -10 consta de quatro opções de entrada: o pai ou mãe do candidato não possui nível superior; o principal provedor do grupo familiar não exerce atividade remunerada; o aluno mora sozinho e se mantém com rendimento próprio; o aluno ou familiar possui problema de saúde que impede a inserção no mercado, impactando a renda familiar;

- -5 possui uma única opção de entrada que comunica a inserção informal do principal provedor da família do candidato no mercado de trabalho;

- zero concentra oito opções de entrada, o que equivale, na faixa intervalar analisada, a mais da metade das opções.

Os campos não pontuáveis, que também servem de parâmetro para a avaliação do candidato, são apresentados e descritos no Quadro 2.

Quadro 2 – Campos sem pontuação

Campo	Descrição do campo
Pendências	Refere-se à pendência na entrega de algum documento exigido pelo processo seletivo. O campo pendência conta de duas opções de entrada: sim; não. A pendência de documento pode ser cumprida posteriormente atendendo o prazo estabelecido pela DAE.
Relato social	Destina-se à apresentação de breve relato da situação do candidato.
Renda <i>per capita</i>	Destinam-se, respectivamente, ao registro das rendas <i>per capita</i> e bruta, calculadas por meio dos documentos analisados pelas assistentes sociais.
Renda bruta	
Renda <i>per capita</i> declarada Renda bruta declarada	
Assistente social	Destina-se à identificação da assistente social responsável pelo parecer.
Parecer	Refere-se ao deferimento ou indeferimento da solicitação.
Total de pontos	Expõe o somatório dos pontos obtidos pelo candidato em decorrência das informações fornecidas.
Motivo do indeferimento	Destina-se ao relato da assistente social sobre o motivo do indeferimento.

Fonte: O autor (2014).

O formulário apresentado neste Capítulo é a base do julgamento que leva ao (in)deferimento do pedido, cabendo recurso em caso negativo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo estão descritos os procedimentos metodológicos considerados no presente estudo: abordagem, questões avaliativas, padrões de avaliação, construção, validação e aplicação do instrumento de medida e avaliação, bem como as metodologias selecionadas para análise e interpretação dos dados.

3.1 ABORDAGEM AVALIATIVA

A abordagem que norteou a presente avaliação foi a centrada em especialistas que, segundo (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004), é a mais antiga e usada na avaliação de projetos sociais. Tal abordagem depende exclusivamente da prontidão profissional dos especialistas para julgar a qualidade do objeto avaliado.

No campo acadêmico, vários processos específicos de avaliação são variantes da abordagem centrada em especialistas, como, por exemplo, exames de doutoramento, pareceres específicos e painéis para revisão de projetos.

Também preconizada por Chianca, Marino e Schiesari (2001), essa abordagem, que por eles é denominada de avaliação baseada em opiniões de especialistas, visa basicamente conhecer o parecer dos juízes em relação ao valor do objeto que se avalia.

Eisner (1991 apud ASSUMPÇÃO; CAMPOS, 2009, p. 9) considera que

a avaliação necessita de um *connaisseur* e um crítico, pois o primeiro é um artista da avaliação e, como tal, faz seus julgamentos pelas percepções. Já o segundo, consegue revelar as qualidades dos eventos ou objetos por meio de um processo educativo, a fim de possibilitar aos indivíduos o reconhecimento de qualidades e características que, de outro modo, passariam despercebidas.

Para o autor, essa experiência é um importante recurso qualitativo e humanista, servindo de complemento a outras abordagens.

Segundo Brandão, Silva e Palos (2003), em termos gerais, a avaliação pode ser considerada como a elaboração, negociação e exercício metodológico cuidadoso e preciso, que permite conhecer, medir, determinar e julgar o contexto, o mérito, o valor ou o estado de determinado objeto. Por meio dela, estimulam-se processos de aprendizagem e de desenvolvimento de pessoas e organizações. Ressaltam, ainda,

que as questões estratégicas no ato de avaliar são as que incluem as perspectivas de mudar, emancipar e transformar.

Sendo assim, a abordagem centrada em especialistas busca oferecer julgamentos profissionais adequados e tem como característica principal o fato de basear-se em juízos emanados dos conhecimentos e experiências profissionais, tendo em vista padrões consensuais.

Considerando o exposto, espera-se que os benefícios inerentes a esse referencial contribuam para o aprimoramento da qualidade técnica do formulário, objeto do presente estudo.

3.2 QUESTÃO AVALIATIVA

Definiu-se que o atingimento do objetivo proposto - avaliar a qualidade técnica do formulário utilizado para concessão de Bolsa Auxílio na UFRJ - seria mediado pela seguinte questão avaliativa:

Em que medida o formulário utilizado para a concessão da Bolsa Auxílio, na UFRJ, atende a padrões de utilidade, adequação e precisão?

Com isso, pretendeu-se avaliar se as informações solicitadas pelo formulário, a partir dos campos destinados à inscrição e à avaliação documental, estão em conformidade, ou não, com os padrões selecionados para o estudo.

3.3 SELEÇÃO DAS CATEGORIAS E PADRÕES DE AVALIAÇÃO

À semelhança de Junqueira (2013), esta avaliação fez uso de padrões das categorias de padrões de utilidade, adequação e precisão, estabelecidas pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (2011), organismo internacionalmente reconhecido pela proposição de padrões de excelência para o campo da avaliação educacional.

As categorias de exequibilidade e responsabilização não foram consideradas no estudo porque os objetivos de seus padrões não possuem relação direta com o propósito desta avaliação.

A seguir, explicitam-se os motivos que levaram à escolha das três primeiras categorias citadas.

A categoria de padrões de utilidade é considerada por diversos autores como sendo fundamental a qualquer avaliação. Segundo Stufflebeam e Shinkfield (1987, p. 45), a avaliação deve ser

[...] útil, isto é, estar dirigida àquelas pessoas e grupos envolvidos ou relacionados com o objeto da avaliação, proporcionando assim, condições para que se possam identificar o que vai bem e o que não vai bem com esse objeto. [...] deve também disponibilizar não só informações acerca de vantagens e desvantagens, mas também, soluções para o aperfeiçoamento [...] [do objeto da avaliação].
[...] exata, isto é, deve descrever com clareza o objeto em sua evolução e em seu contexto, revelando as vantagens e os limites do plano de avaliação, dos procedimentos e das conclusões.

Elliot (2011) observa que uma avaliação precisa ser útil para aqueles que a encomendam e que nela têm interesse. Entende que a utilidade é determinada pela necessidade que o grupo de interessados possui em relação aos resultados.

De acordo com o *Joint Committee* (2011), a essencialidade dessa categoria deve-se ao fato de avaliar o nível de satisfação das necessidades dos interessados no programa – os *stakeholders*³ – em relação a processos e produtos.

Segundo o *Joint Committee* (2011), a categoria de adequação refere-se ao que é apropriado, válido, legal, correto, aceitável e justo na avaliação. Em essência, a escolha da categoria se expressa nas palavras de Elliot (2011, p. 12), quando diz que:

Os padrões de adequação pretendem assegurar que a avaliação seja desenvolvida respeitando aspectos morais, éticos e legais concernentes à qualidade da avaliação. Esses padrões são relativos ao bem estar das pessoas envolvidas na avaliação ou que possam ser afetadas por seus resultados. Lidam com acordos e contratos entre clientes e avaliadores; tratam do respeito aos direitos dos participantes e a suas interações durante a avaliação, assim como cuidam de possíveis conflitos de interesses; focalizam o julgamento equilibrado de pontos fortes e fracos do objeto avaliado; tornam os resultados acessíveis aos interessados, apresentando um balanço contábil dos gastos com a avaliação.

A categoria de precisão tem como objetivo apontar os componentes específicos da avaliação que devem ser consistentes. Procura descrever o objeto avaliado com

³ O termo *stakeholders* se refere a grupos ou indivíduos diretamente interessados nos resultados da avaliação como, por exemplo, candidatos e gestores da Instituição, responsáveis pelo processo seletivo.

clareza, na sua evolução e no seu contexto, revelando as virtudes e os defeitos do planejamento da avaliação, dos procedimentos e das conclusões.

Para o *Joint Committe* (2011), ainda, a precisão resulta da exatidão das representações, proposições e resultados, que fundamentam julgamentos acerca da qualidade dos programas e/ou de seus componentes. Para o Comitê, a precisão pode ser alcançada por meio de teorias, justificativas, métodos e delineamentos solidamente fundamentados.

Segundo Elliot (2011, p. 12), “os padrões de precisão buscam garantir que a informação técnica da avaliação, referente às características que determinam o valor ou mérito do programa sob avaliação, seja adequada e confiável”.

Sanders (1994, apud BRANDÃO; SILVA; PALOS, 2009, p. 11) afirma que a precisão permite à avaliação revelar e produzir informações tecnicamente adequadas sobre os aspectos que determinam o mérito e a relevância do programa em julgamento.

3.3.1 Adaptação de padrões

Após a seleção das categorias, passou-se à leitura e ao estudo particularizado de cada padrão, no sentido de identificar sua pertinência à avaliação. Em decorrência, foram julgados procedentes três padrões de utilidade: Atenção a interessados (*stakeholders*), Informação Relevante e Produtos e Processos Significativo; três de adequação: Orientação Responsiva e Inclusiva, Respeito e Direitos Humanos, Clareza e Equidade; dois padrões de precisão: Informação Válida e Informação Fidedigna.

Na etapa seguinte, foram analisados o título e a descrição de cada um desses padrões, observando, se tal como apresentados originalmente, atenderiam ao estudo. A necessidade de adaptação de alguns deles exigiu o estabelecimento de critérios embasados na interpretação textual. Com isso, buscou-se ir além das estritas mensagens contidas na descrição dos padrões; refletir acerca dos conteúdos imbricados; estabelecer um diálogo autêntico com os padrões, explorando a fecundidade das ideias expostas e garantindo o cotejamento com outras ideias (SEVERINO, 2000 apud SANTOS, 2012). A partir deste procedimento, as descrições de todos os padrões foram alteradas, bem como o título de cinco deles.

Os Quadros 3, 4 e 5 apresentam, respectivamente, as adaptações por que

passaram os padrões de utilidade, adequação e precisão adotados no estudo; são citadas as suas formas originais, ou seja, sem qualquer alteração textual, e as adaptadas pelo autor.

Quadro 3 – Padrões de Utilidade

Padrão original		Padrão adaptado	
Título	Descrição	Título	Descrição
Atenção a interessados (<i>stakeholders</i>)	As avaliações devem dedicar atenção a todos os indivíduos e grupos envolvidos no programa e por elas afetados.	Atenção aos candidatos	O processo seletivo deve dedicar atenção aos candidatos, envolvidos no processo.
Informação Relevante	A informação obtida por meio da avaliação deve servir às necessidades identificadas e emergentes dos <i>stakeholders</i> .	Informações Necessárias	As informações solicitadas pelo formulário devem atender às necessidades do processo seletivo.
Produtos e Processos Significativos	As avaliações devem construir atividades, descrições e julgamentos de modo que os participantes se sintam estimulados a redescobrir, reinterpretar ou rever seus entendimentos e comportamentos.	Processos significativos	As informações constantes do formulário, consideradas na seleção do candidato, são significativas para o processo seletivo.

Fonte: O autor (2014).

Quadro 4 – Padrões de Adequação

Padrão original		Padrão adaptado	
Título	Descrição	Título	Descrição
Orientação Responsiva e Inclusiva	As avaliações devem ser responsivas aos <i>stakeholders</i> e as suas comunidades.	Sem alteração textual.	O formulário deve levar em conta as condições de existência dos candidatos.
Respeito e Direitos Humanos	As avaliações devem ser planejadas e conduzidas com a preocupação de proteger os direitos humanos e a legalidade, e manter a dignidade de participantes e outros <i>stakeholders</i> .	Respeito aos Direitos dos Candidatos	As informações solicitadas pelo formulário devem respeitar os direitos dos candidatos.
Clareza e Equidade	As avaliações devem ser inteligíveis e justas, ao tratar dos propósitos e necessidades dos <i>stakeholders</i> .	Sem alteração textual.	O formulário deve promover avaliação inteligível e justa, frente aos propósitos do Programa de Bolsas.

Fonte: O autor (2014).

Quadro 5 – Padrões de Precisão

Padrão original		Padrão adaptado	
Título	Descrição	Título	Descrição
Informação Válida	A informação da avaliação deve servir aos propósitos pretendidos e sustentar interpretações válidas.	Sem alteração textual.	As informações fornecidas pelo formulário devem servir aos propósitos do Programa de Bolsas, sustentando interpretações válidas.
Informação Fidedigna	Os procedimentos da avaliação devem gerar informações suficientemente confiáveis e consistentes, de modo que sirvam aos usos pretendidos.	Sem alteração textual.	O formulário deve reunir informações confiáveis e consistentes de modo a embasar o processo.

Fonte: O autor (2014).

3.4 CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

Definidos os padrões que norteariam o estudo, procedeu-se à busca de literatura capaz de subsidiar a construção do instrumento de medida e avaliação.

Optou-se pela construção de uma lista de verificação, devido ao fato de permitir identificar se um objeto exhibe traços ou características desejáveis. Segundo Leite (2012, p. 103) “as listas de verificação são usadas para checar se o processo ou atividade está sendo desenvolvido da maneira prevista, de modo que se garanta sua qualidade, como no caso da avaliação de um programa social em desenvolvimento”.

Em seguida, foram consideradas recomendações gerais de Colton e Covert (2007) no tocante à estrutura dos instrumentos. Com base nelas, a lista de verificação ficou composta pelas seguintes partes: título, introdução, instruções de preenchimento, dados do respondente e itens. A esses elementos foram agregados os três níveis de julgamento comumente utilizados em avaliações medidas por padrões: atende (A), atende parcialmente (AP) e não atende (NA). Além disso, espaços livres destinados a comentários adicionais dos especialistas integraram a estrutura da lista.

Em relação ao formato dos itens, optou-se por elaborar declarações. O número de itens (15) decorreu do número de padrões considerados na avaliação. A diagramação da lista de verificação foi a tradicional, isto é, colunar.

A derivação dos itens em relação aos padrões consta do Quadro 6.

Quadro 6 – Correspondência entre os padrões adaptados e os itens da lista de verificação

Padrão	Título	Item da Lista de Verificação
Utilidade	Atenção aos candidatos	1
	Informações necessárias	2 e 3
	Processos significativos	4,5 e 6
Adequação	Orientação Responsiva e Inclusiva	7
	Respeito aos Direitos dos Candidatos	8
	Clareza e Equidade	9,10, 11 e 12
Precisão	Informação Válida	13
	Informação Fidedigna	14 e 15

Fonte: O autor (2014).

Após a construção da lista de verificação, procederam-se as validações técnica e de conteúdo. Validar significa determinar a qualidade do instrumento, no sentido de verificar se o mesmo possui capacidade de medir aquilo a que se propõe. Os processos de validação atuam em favor da elevação da qualidade dos instrumentos de avaliação (ELLIOT; HILDENBRAND; BERENGER, 2012).

A validação técnica, feita por especialista em Avaliação, busca verificar se o instrumento construído dispõe das qualidades técnicas que lhes são particulares.

Segundo Contandriopoulos et al. (1999 apud ALEXANDRE; COLUCI, 2009, p. 3.063) “a avaliação de conteúdo consiste em julgar em que proporção os itens selecionados para medir uma construção teórica representam bem todas as facetas importantes do conceito a ser medido”. Embora a literatura aponte limitações desse tipo de validade, por ser um processo subjetivo, sua imprescindibilidade é reconhecida.

Antes de dar início às validações, considerou-se que, na seleção dos juízes envolvidos, fossem observadas as seguintes orientações:

[...] a experiência e a qualificação dos membros desse comitê. Recomenda-se, descrever os critérios utilizados nessa seleção. Entre esses critérios, a literatura destaca: ter experiência [...] sobre o tema; ser perito na estrutura conceitual envolvida e ter conhecimento metodológico sobre a construção [...] [do tipo de instrumento em apreciação]. (ALEXANDRE; COLUCI, 2009, p. 4).

Na presente avaliação, as duas validações foram realizadas por dois especialistas em Avaliação, membros do corpo docente do Curso de Mestrado em Avaliação, da Fundação Cesgranrio. Nesta ocasião, solicitou-se, por meio de carta convite (APÊNDICE A), que fossem apreciadas a clareza redacional, a pertinência e

a suficiência dos itens, frente às especificidades do objetivo do estudo e da questão avaliativa.

As sugestões e recomendações apresentadas por esses especialistas foram incorporadas ao instrumento avaliativo, a saber: as instruções de preenchimento e a descrição de alguns itens passaram por pequenas alterações redacionais para alcançarem a pertinência necessária ao estudo, já a quantidade de itens foi considerada adequada. A versão final da lista de verificação consta do Apêndice C.

3.5 APLICAÇÃO DA LISTA DE VERIFICAÇÃO

Nesta etapa, estão descritos os procedimentos que conduziram à coleta de dados a partir da lista de verificação, devidamente validada pelos especialistas, para julgar o formulário utilizado no processo seletivo.

A aplicação de um instrumento de avaliação consiste no momento metodológico em que se efetiva a coleta dos dados previstos. Marconi e Lakatos (2003) destacam a importância de pesquisadores (e avaliadores) procederem a um planejamento cuidadoso desta etapa, pois evita desperdício de tempo no trabalho de campo e facilita o transcurso das etapas seguintes do processo.

O instrumento construído é do tipo autoadministrado, significando que seu preenchimento coube aos próprios respondentes, colaboradores do estudo.

O critério de escolha dos juízes, selecionados para conduzir a avaliação do formulário de seleção dos candidatos à Bolsa Auxílio, foi ter pleno conhecimento do mesmo, por participação efetiva no processo seletivo.

Todas as oito assistentes sociais, funcionárias da DAE, que atuam do processo seletivo à Bolsa Auxílio, foram convidadas a compor o painel de especialistas. Por ocasião da entrega da lista de verificação, cuja aplicação se deu no período de 19 a 21 de novembro de 2014, apresentou-se também carta-convite, informando acerca do objetivo da avaliação, do resguardo da identidade pessoal e da preservação do anonimato dos dados (APÊNDICE B).

3.6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Cumprida a etapa anterior, iniciou-se o processo de análise e interpretação dos dados coletados.

O objetivo da análise é organizar os dados coletados de modo que forneçam as respostas ao problema da [...] [avaliação]. A interpretação tem como objetivo encontrar o sentido mais amplo das respostas, fazendo uma ligação destas com os conhecimentos anteriores [...]. O modo de analisar e interpretar varia conforme o plano de [...] [avaliação]. (SILVA, 2005, p. 137).

Nessa avaliação, optou-se por reproduzir a metodologia adotada por Santos (2012) para fins de análise e interpretação dos dados quantitativos, que se acham distribuídos, no Capítulo 4, em tabelas ou gráficos. Em seguida, são apreciados no contexto dos padrões de utilidade, adequação e precisão. Por suas qualidades técnicas, esses recursos estatísticos facilitam ao leitor perceber se o formulário, utilizado no processo de concessão da Bolsa Auxílio, atende, atende parcialmente ou não atende aos padrões estabelecidos.

Definiu-se que o atendimento ao padrão se daria quando, pelo menos, houvesse concordância de seis juízes. O estabelecimento desse ponto de corte se justificou perante a importância e o impacto que a obtenção e a não obtenção da bolsa têm, possivelmente, sobre a vida dos solicitantes.

Os comentários registrados pelos especialistas foram analisados a partir do método de análise de conteúdo qualitativa e na técnica da análise de conteúdo sintetizadora, proposta por Mayring (1983 apud FLICK, 2013).

A escolha da técnica determinou o parafraseamento dos comentários de mesmo significado, bem como o agrupamento e resumo das paráfrases similares. Isto por que “o processo consiste na redução do material pela condensação das afirmações em formulações mais gerais, no sentido de sintetizar o material a um nível de abstracção mais alto.” (FLICK, 2013, p. 194).

4 RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados da avaliação do formulário, utilizado para a concessão de bolsas assistenciais, na UFRJ, modalidade Bolsa Auxílio. O painel de especialistas foi composto pelas oito assistentes sociais, lotadas na DAE/UFRJ, responsáveis pela avaliação dos candidatos ao benefício. Em termos gerais, o tempo de atuação das profissionais, na condição de avaliadoras, varia de dois a 15 anos.

A partir da avaliação do formulário, segundo os 15 itens da lista de verificação, conheceu-se em que medida o mesmo atende, atende parcialmente e não atende aos padrões considerados no estudo.

A estrutura do Capítulo, constituída por quatro seções, foi concebida para apresentar os resultados do estudo, considerando o atendimento do formulário a padrões de utilidade, a padrões de adequação e de precisão. O resumo do desempenho dos itens, no nível de julgamento atende, é expresso de forma gráfica, seguida das representações escritas procedentes.

4.1 ATENDIMENTO DO FORMULÁRIO A PADRÕES DE UTILIDADE

O desempenho do formulário frente aos itens relativos aos padrões de utilidade consta da Tabela 3.

Tabela 3 – Julgamento do formulário junto aos padrões de utilidade

Padrão adaptado	Descrição do item	Padrão de Julgamento		
		A	AP	NA
Atenção aos candidatos	1. O conjunto de itens do formulário permite à avaliação dedicar igual atenção a todos os candidatos.	4	3	1
Informações necessárias	2. As informações solicitadas pelo formulário de inscrição (<i>on-line</i>) atendem às necessidades de identificação do candidato.	5	2	1
	3. O conteúdo dos itens, que subsidiam a avaliação documental, está em conformidade com as necessidades do processo seletivo.	4	4	-
Processos significativos	4. As informações fornecidas pelo candidato são significativas para o processo seletivo.	6	2	-
	5. Os valores gerados pelo sistema, a partir de informações fornecidas pelo candidato, são significativos para o processo seletivo.	5	3	-
	6. As informações registradas pelo parecerista são significativas para o processo seletivo.	7	1	-

Legenda: A – Atende; AP - Atende Parcialmente; NA - Não Atende.

Fonte: O autor (2014).

Os dados apresentados pela Tabela 3 evidenciam que, dos seis itens relacionados, apenas dois atenderam o padrão processos significativos, na medida em que atingiram o ponto de corte estabelecido, seis. Este resultado mostra que “as informações fornecidas pelo candidato [à Bolsa Auxílio] são significativas para o processo seletivo” (item 4) e que “as informações registradas pelo parecerista são [igualmente] significativas para o [mesmo] processo [...]” (item 6). Convém destacar, contudo, que o padrão não foi plenamente atendido pelo formulário porque o item 5, também referente a ele, ficou abaixo do ponto de corte.

O atendimento parcial aos padrões atenção aos candidatos, informações necessárias e processos significativos mostra fragilidades do formulário da seguinte ordem: “o conjunto de itens do formulário permite à avaliação dedicar [em parte] igual atenção a todos os candidatos” (item 1); “as informações solicitadas pelo formulário de inscrição (*on-line*) atendem [em parte] às necessidades de identificação do candidato” (item 2); “o conteúdo dos itens, que subsidiam a avaliação documental, está [em parte] em conformidade com as necessidades do processo seletivo” (item 3); “os valores gerados pelo sistema, a partir de informações fornecidas pelo candidato, são [em parte] significativos para o processo seletivo” (item 5).

Os comentários realizados pelos especialistas, em relação a esses itens, acham-se listados na sequência:

➤ Item 1

“A avaliação depende do preenchimento correto do candidato e nem todas as situações estão expressas no formulário”

“Dependemos muito se o aluno preenche corretamente o formulário”

“Não há a contemplação de todas as questões socioeconômicas que poderiam se apresentar em cada situação, inclusive as subjetivas”.

➤ Item 2

“Não há campo para informação sobre moradia alternativa do aluno, cuja família reside em outra cidade ou Estado”.

➤ Item 3

“Acho que precisamos acrescentar mais informações no formulário. Exemplo: o bairro poderia ficar visível para o avaliador”.

“Não é possível atribuir o peso [...] [leia-se, a pontuação dos campos] devido a condicionantes sociais importantes para a avaliação”

“Falta aprimorar alguns itens. Exemplo: se pai ou mãe possui nível superior. Poderia ser a escolaridade (1º grau, 2º grau etc)”.

“Conforme mencionado na questão [leia-se, item] 1, não há como contemplar todas as inúmeras situações objetivamente”.

➤ Item 5

“Apesar da importância indiscutível, já foi verificado erro de cálculo na pontuação [dos campos]”.

“Tentamos que fique o mais fidedigno possível, porém sinto falta de aplicar melhor a estatística / peso dos itens avaliados [leia-se, pontuação dos campos]”.

“Talvez possa se fazer uma revisão, em alguma proporção, da pontuação [dos campos]”.

Análise de conteúdo sintetizadora. O agrupamento das paráfrases, a partir das ideias centrais, evidenciou preocupação dos especialistas quanto aos aspectos relacionados aos campos do formulário e à pontuação atribuída. Em relação ao primeiro, destacaram haver erros frequentes em seu preenchimento, por parte dos candidatos; necessidade de detalhamento dos campos, para contemplar especificidades da vida dos concorrentes; ausência de campos próprios ao registro completo dos dados dos candidatos, que sejam elementares ao julgamento de suas condições de existência.

Em relação ao segundo aspecto, as opiniões variaram desde a discordância quanto à atribuição das pontuações dos campos “devido a condicionantes sociais importantes para a avaliação”, até a concordância. Nesse caso, houve sugestão de revisão da pontuação atribuída aos campos do formulário e de utilização de métodos estatísticos para que se atribuam aos campos pesos justos. Houve também, preocupação com o cálculo realizado pelo sistema porque, em algumas situações, foram identificados inconsistências nos dados.

Na opinião de um único especialista, que não justificou sua resposta, o formulário não atende aos padrões atenção aos candidatos (item 1) e informações necessárias (item 2).

4.2 ATENDIMENTO DO FORMULÁRIO A PADRÕES DE ADEQUAÇÃO

Os dados dispostos na Tabela 4 referem-se ao julgamento do formulário em relação aos itens de adequação.

Tabela 4 – Julgamento do formulário junto aos padrões de adequação

Padrão adaptado	Descrição do item	Padrão de Julgamento		
		A	AP	NA
Orientação Responsiva e Inclusiva	7. As informações referentes às condições de existência do candidato são suficientes ao julgamento do(a) parecerista.	1	5	2
Respeito aos Direitos dos Candidatos	8. As informações solicitadas pelo formulário respeitam os direitos dos candidatos de forma igualitária.	8	-	-
Clareza e Equidade	9. Os elementos do formulário incluindo, tamanho e tipo de fonte, cor da fonte e plano de fundo, disposição dos itens favorecem a leitura.	3	5	-
	10. O tipo de informação, necessário ao processo seletivo, é solicitado, com clareza pelo formulário.	4	4	-
	11. O formulário permite ao avaliador julgar o candidato mantendo a imparcialidade.	8	-	-
	12. As informações fornecidas pelo formulário são inteligíveis e justas para subsidiar a análises dos(as) pareceristas.	3	5	-

Legenda: A – Atende; AP - Atende Parcialmente; NA - Não Atende.
 Fonte: O autor (2014).

A leitura da Tabela 4 permite identificar que o formulário atendeu, por unanimidade, aos padrões respeito aos direitos dos candidatos, e clareza e equidade, significando que “as informações solicitadas pelo formulário respeitam os direitos dos candidatos de forma igualitária” (item 8) e que “o formulário permite ao avaliador julgar o candidato mantendo a imparcialidade” (item 11).

O formulário atendeu parcialmente os padrões referentes aos itens de números 7, 9, 10 e 12, indicando que “as informações referentes às condições de existência do candidato são [em parte] suficientes ao julgamento do(a) parecerista”; “os elementos do formulário incluindo, tamanho e tipo de fonte, cor da fonte e plano de fundo, disposição dos itens favorecem [em parte] a leitura”; “o tipo de informação, necessário ao processo seletivo, é solicitado, [em parte] com clareza pelo formulário”; “as informações fornecidas pelo formulário são [em parte] inteligíveis e justas para subsidiar a análises dos(as) pareceristas”.

As considerações tecidas pelas especialistas, em relação aos quatro itens, são apresentadas:

➤ Item 7

“Há necessidade de complementação, com documentos e formulário impresso, mais completo”.

“A avaliação *on-line* não substitui, plenamente, a entrevista feita pessoalmente com o aluno”.

“Há dados mais subjetivos que são de difícil mensuração para objetivar no formulário”.

“Existem informações que não cabem no formato muito objetivo. Acho necessário um campo para observações extras”.

➤ Item 9

“As informações de identificação ficam com fonte na cor preta sobre fundo cinza; para melhor visualização o fundo poderia ser branco”.

“Poderia haver alguma opção para fonte aumentada para [atender aos] alunos com baixa acuidade visual”.

“Nos campos referentes aos dados pessoais e informações escolares a cor da fonte é muito clara”.

➤ Item 10

“Alguns alunos ficam com dúvidas no preenchimento”.

“É possível observar que dados são preenchidos de forma incorreta pelos candidatos por não compreenderem o que se pretende”.

“Eventualmente, o aluno não inclui seus familiares, o que prejudica a avaliação”.

➤ Item 12

“São inteligíveis, mas, em alguns momentos, são muito engessadas”.

“Devem ter alguns ajustes”.

“A avaliação *on-line* não substitui plenamente a entrevista feita pessoalmente com o aluno”.

“Em alguns momentos, é necessária a discussão em equipe para consenso com relação ao preenchimento”.

“Na verdade, precisa do complemento, que é a documentação”.

Análise de conteúdo sintetizadora. As ideias centrais das paráfrases concentraram-se em três aspectos: campos do formulário, fonte de informação e *design*. Em relação ao primeiro, os comentários dos especialistas apontaram que os candidatos têm dúvidas no preenchimento do formulário, o que gera erros. E que, às vezes, os campos desconsiderados causam dificuldades à avaliação. Entre as críticas e sugestões, constaram a estruturação ou fechamento dos campos, a sua revisão, tendo em vista os ajustes necessários, e o acréscimo de campos extras. Quanto ao

segundo aspecto, foi enfatizada a necessidade de o formulário contar com fontes de informações complementares, como por exemplo, documentos e entrevistas. O terceiro aspecto foi percebido como inadequado. Foi enfatizado que os elementos visuais não favorecem a comunicação.

A partir das respostas ao item 7, duas especialistas evidenciaram que o formulário não atende ao padrão orientação responsiva e inclusiva. As justificativas apresentadas foram as que se seguem: “alguns condicionantes sociais importantes para a avaliação não estão contemplados [no formulário]”; “a avaliação é um conjunto: formulário, documentação e relato da situação de vida do aluno”.

4.3 ATENDIMENTO DO FORMULÁRIO A PADRÕES DE PRECISÃO

A Tabela 5 mostra os resultados da avaliação do formulário quanto aos itens referentes a padrões de precisão.

Tabela 5 – Julgamento do formulário junto aos padrões de precisão

Padrão adaptado	Descrição do item	Padrão de Julgamento		
		A	AP	NA
Informação Válida	13. As informações fornecidas pelo formulário sustentam interpretações válidas.	7	1	-
Informação Fidedigna	14. As informações solicitadas pelo formulário estão em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Edital.	8	-	-
	15. As informações fornecidas pelo formulário são confiáveis e consistentes.	-	7	1

Legenda: A – Atende; AP - Atende Parcialmente; NA - Não Atende.

Fonte: O autor (2014).

A Tabela 5 mostra, por meio do desempenho dos itens 13 e 14, que “as informações fornecidas pelo formulário sustentam interpretações válidas” e que “as informações solicitadas pelo formulário estão em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Edital”. O primeiro dos itens diz respeito ao padrão informações válidas e o segundo, a informações fidedignas.

No tocante ao item 15, o julgamento das especialistas mostrou que “as informações fornecidas pelo formulário são [em parte] confiáveis e consistentes”, o que representou o atendimento parcial ao padrão informação fidedigna.

Os comentários feitos pelas especialistas, em relação ao item 15, são os que se seguem:

“Ocorre que ao fazer a exportação de dados para *excel*, em alguns momentos, alguns dados são exportados em ordem errada (*rank*).”

“As informações prestadas pelo estudante nem sempre são corretas.”

“A avaliação *on-line* não substitui a entrevista feita pessoalmente com o aluno” e “eventualmente, as informações do formulário não contemplam de maneira fidedigna a informação socioeconômica do aluno.”

“Dependemos também da documentação comprobatória.”

“Confiáveis, sim, mas precisam de complementação em função das observações feitas [por mim] nos outros itens.”

“Depende do preenchimento correto do estudante que, muitas vezes, erra. Exemplo, renda dos integrantes da família.”

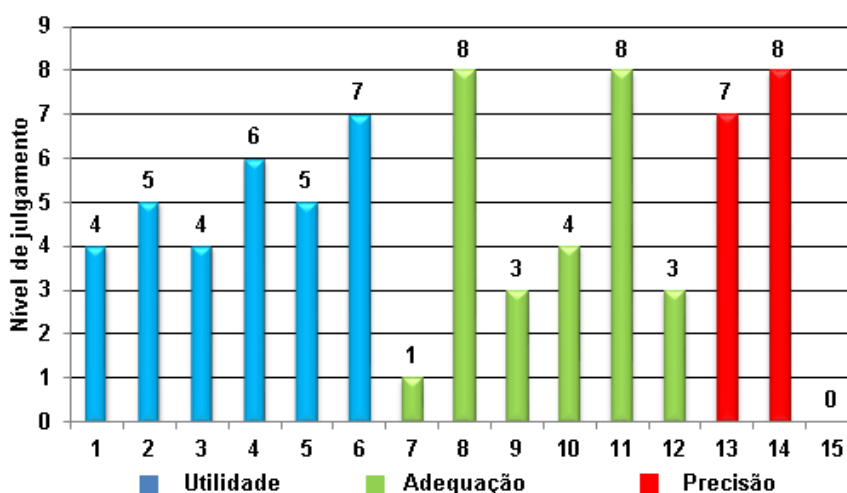
Análise de conteúdo sintetizadora. Três ideias centrais foram identificadas na aplicação da metodologia: campos do formulário, fontes de informação e sistema. Em relação ao primeiro, observou-se referência ao preenchimento incorreto e a ausência de campos próprios, elementares ao julgamento das condições de vida dos candidatos. Quanto às fontes de informação, reiterou-se a necessidade de a avaliação também considerar dados coletados por fontes complementares de informação. No que diz respeito ao sistema, identificou-se que problemas na exportação de dados afetam a finalização do processo seletivo.

Apenas uma especialista considerou que o formulário não atende ao padrão informação fidedigna porque “as informações fornecidas [...] [por ele não] são confiáveis e consistentes”. Justifica seu julgamento informando que “Já foram observados erros de cálculo [do sistema] que comprometem a avaliação e o candidato, muitas vezes, preenche de forma incorreta [o formulário]”.

4.4 RESUMO DO DESEMPENHO DOS ITENS

O Gráfico 3 mostra o desempenho dos 15 itens do formulário, no nível de julgamento Atende, segundo a opinião das especialistas.

Gráfico 3 - Desempenho dos itens no nível de julgamento Atende



Fonte: O autor (2014).

A leitura do Gráfico 3 revela que os itens 8 e 11, da categoria adequação, e o item 14, de precisão, obtiveram unanimidade de julgamento. A quase totalidade do consenso foi alcançada pelos itens 6 e 13, respectivamente, de utilidade e precisão. Os piores desempenhos couberam aos itens 7 e 15, de adequação e precisão.

Do conjunto dos itens do formulário (15), apenas seis foram atendidos, sendo dois por categoria: itens 4 e 6 (utilidade), 8 e 11 (adequação), 13 e 14 (precisão). O mais alto desempenho foi em relação ao atendimento a padrões de precisão, o que não ocorreu em relação aos padrões das duas outras categorias.

5 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo, encontram-se as considerações e recomendações acerca dos resultados da presente avaliação, que objetivou avaliar o formulário utilizado no processo seletivo para concessão de Bolsa Auxílio, pela UFRJ, em 2014.

5.1 CONSIDERAÇÕES

As considerações do estudo constam do Quadro 7 e foram geradas a partir do cotejo entre os resultados, apresentados no Capítulo anterior, e a questão avaliativa: Em que medida o formulário utilizado para a concessão da Bolsa Auxílio, na UFRJ, atende a padrões de utilidade, adequação e precisão?

Quadro 7 – Padrões atendidos pelo formulário

Padrões	Título	Itens Relacionados	Desempenho do item	
			No/Acima do Ponto	Abaixo do Ponto
Utilidade	Atenção aos candidatos	1	-	1
	Informações necessárias	2 e 3	-	2 e 3
	Processos significativos	4, 5 e 6	4 e 6	5
Adequação	Orientação responsiva e inclusiva	7	-	7
	Respeito aos Direitos dos Candidatos	8	8	-
	Clareza e Equidade	9, 10, 11 e 12	11	9, 10 e 12
Precisão	Informação Válida	13	13	-
	Informação Fidedigna	14 e 15	14	15

Fonte: O autor (2014).

Conforme mostra o Quadro 7, o formulário somente atendeu a dois padrões de adequação (respeito aos direitos dos candidatos, item 8); de precisão (informação válida, item 13).

Quanto aos padrões processos significativos (utilidade), clareza e equidade (adequação) e informação fidedigna (precisão), o formulário os atendeu parcialmente: apenas parte de seus itens (4 e 6; 11; 14) atingiram o ponto de corte. A fragilidade do formulário ficou ainda agravada pelo não atendimento a nove padrões:

dois de utilidade (atenção aos candidatos, item 1; informações necessárias, itens 2 e 3); dois de adequação (orientação responsiva e inclusiva, item 7; clareza e equidade, itens 9, 10 e 12); um de precisão (informação fidedigna, item 15).

5.2 RECOMENDAÇÕES

Em decorrência dos resultados e das considerações do estudo, recomenda-se que:

- Os campos do formulário sejam analisados quanto a elementos significativos, como: número, ordenação, suficiência, diversidade, clareza, precisão, relevância, pertinência. Com isso, espera-se que parte dos problemas detectados, por meio desta avaliação, seja superada.

- O formulário, por sua natureza, atenda à estrutura básica dos instrumentos de medida e avaliação, a saber: título, instruções gerais, instruções específicas, se necessário, itens e itens complementares. Recomenda-se ainda que contenha uma breve apresentação, mencionando sua finalidade e a importância do seu correto e completo preenchimento. Por ser ferramenta que serve à tomada de decisão, deve também ter a sua utilização padronizada, o que garantirá maior uniformidade no preenchimento e na apreciação dos casos. O treinamento da equipe de assistentes sociais, responsável pelo preenchimento, deve ser percebido pela DAE/UFRJ como necessidade a ser atendida.

- A apresentação visual do formulário seja redesenhada, por especialistas em comunicação visual e/ou comunicação gráfica, permitindo a fluência comunicativa.

- As fontes de informação complementares sejam consideradas úteis e essenciais a esse processo seletivo, uma vez que o mesmo é permeado pelas subjetividades dos envolvidos.

- A pontuação atribuída aos campos seja analisada quanto as suas procedência e precisão. Sugere-se que esta análise envolva representantes de todos os interessados.

- As falhas do sistema sejam identificadas pela equipe de desenvolvedores, de modo que, conhecendo-as em profundidade, eles possam dar soluções efetivas aos problemas com que se deparam os usuários diretamente envolvidos no processo de concessão de bolsas.

- Estudos similares ao apresentado sejam desenvolvidos para favorecer o aprimoramento dos processos seletivos relacionados à concessão de benefícios para os graduandos da UFRJ.

Espera-se que o presente estudo contribua para melhorias no formulário, tendo em vista o impacto que os resultados das avaliações de pedidos de concessão de Bolsa Auxílio podem causar na vida pessoal e acadêmica dos candidatos.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Neusa Maria Costa; COLUCI, Marina Zambon Orpinelli. Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000800006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 out. 2014.
- AMORAS, Fernando Castro; RODRIGUES, Laércio Gomes. Avaliação das Políticas Públicas. *Revista espaço acadêmico*, [S. l.], v. 9, n. 101, p. 135, out. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7645/4722>>. Acesso em: 30 out. 2014.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. ANDIFES. *Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Universidades Federais Brasileiras*. 2011. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wpcontent/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2014.
- ASSUMPÇÃO, Jairo José; CAMPOS, Lucila Maria de Souza. *Avaliação de Projetos Sociais: a Rede, os Nós e a Teia*. São Paulo: EnANPAD, 2009. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS582.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2014.
- BRANDÃO, Daniel Braga; SILVA, Rogério Renato; PALOS, Cássia Maria Carraco. Da construção de capacidade avaliatória em iniciativas sociais: algumas reflexões. *Ensaio: aval. pol. públ.educ.*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 48, set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362005000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 out. 2014.
- BRASIL. Decreto n° 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 24 jul. 2014.
- _____. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 39, de 12 dez. 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 dez. 2007. Seção 1, p. 39. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ead/port_40.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2014.
- COLTON, David; COVERT, Robert W. *Designing and constructing instruments for social research and evaluation*. São Francisco, CA: John Wiley & Sons, 2007. Disponível em: <http://samples.sainsburysebooks.co.uk/9780787998080_sample_382755.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2014.
- CHIANCA, Thomaz; MARINO, Eduardo; SCHIESARI, Laura. *Desenvolvendo a cultura de avaliação da sociedade civil*. São Paulo: Global, 2001.

ELLIOT, Ligia Gomes. Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação. *Ensaio: aval. pol. públ. educ.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362011000500011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 out. 2014.

ELLIOT, Ligia Gomes; HILDENBRAND, Lucí; BERENGER, Mercedes Moreira. Questionário. In: ELLIOT, Ligia Gomes. (Org.). *Instrumentos de avaliação e pesquisa: caminhos para construção e validação*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

FLICK, Uwe. *Métodos qualitativos na investigação científica*. 1 ed. Lisboa: Monitor, 2013.

JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION. The program evaluation standards: how to assess evaluations of educational programs. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994. (Tradução exclusivamente para fins didáticos. 2011).

JUNQUEIRA, Ana Cristina Pereira. *Informação e prevenção à doença renal: uma avaliação de mérito de campanha de saúde*. 2013. 66 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação)–Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2013.

LEITE, Lígia Silva. Lista de Verificação. In: ELLIOT, Ligia Gomes (Org). *Instrumento de Avaliação e Pesquisa: caminhos para construção e validação*. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, Arlete Francisca dos. *Planejamento familiar para adolescentes: avaliação de campanha oficial*. 2012. 78 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação) – Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Mary Aparecida Ferreira da. *Método e técnicas de pesquisa*. 2 ed. Curitiba: Ibpex, 2005.

STUFFLEBEAM, Daniel. L.; SHINKFIELD, A. *Evaluación sistemática: guia teórica y práctica*. Barcelona: Paidós, 1987.

SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE POLÍTICAS ESTUDANTIS. *Apresentação: SuperEst*. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://superest.ufrj.br/index.php/apresentacao>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Conselho Universitário. *Resolução nº 13, de 25 de outubro de 2007*. Institui o programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/res09-07.pdf> >. Acesso em: 23 jul. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Pró-Reitoria de Graduação. *Resolução CEG nº 04, de 20 de outubro de 2004*. Dispõe sobre o cancelamento de matrícula por insuficiência de rendimento acadêmico. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://pr1.ufrj.br/images/stories/_pr1/dmdocuments/ceg10_04.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2014.

_____. Pró-Reitoria de Graduação. *Resolução CEG nº 01, de 27 de fevereiro de 2008*. Normas de concessão e renovação de auxílio ao estudante. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.poli.ufrj.br/arquivos/auxilio%20ao%20estudante/Resolucao%20CEG%200108.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

_____. Superintendência Geral de Políticas Estudantis. *Relatório de Gestão*. 2013a. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://superest.ufrj.br/images/RELATÓRIO_DE_GESTÃO_2013.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2014.

_____. Superintendência Geral de Políticas Estudantis. Divisão de Apoio ao Estudante. *Edital de seleção para a bolsa auxílio*. Rio de Janeiro, 2013b.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James R.; FITZPATRICK, Jody L. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. São Paulo: Ed. Gente, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Carta-convite aos especialistas para validação técnica e de conteúdo

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2014.

Prezado(a) Especialista,

Como discente do Curso de Mestrado em Avaliação, da Fundação Cesgranrio, estou desenvolvendo um estudo avaliativo com o objetivo de avaliar o formulário utilizado para a concessão de bolsas assistenciais na UFRJ, modalidade Bolsa Auxílio, mediado pela seguinte questão avaliativa: Em que medida o Instrumento utilizado para a concessão de bolsa auxílio na UFRJ atende a padrões de utilidade, adequação e precisão?

Como metodologia, adotou-se o uso de padrões, selecionados e adaptados a partir das respectivas categorias, estabelecidas pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*.

Uma lista de verificação foi desenvolvida com o propósito de subsidiar os juízes convidados para o estudo.

Para tanto, solicito sua preciosa colaboração no sentido de validar a referida lista quanto às características técnicas e de conteúdo que lhes são apropriadas, como: clareza redacional, pertinência e suficiência dos itens elaborados, frente às especificidades do objetivo do estudo e da questão avaliativa.

Desde já, agradeço.

Atenciosamente,

Carlos Eduardo de Marins

APÊNDICE B – Carta-convite encaminhada aos especialistas da DAE/UFRJ

Rio de Janeiro, de novembro de 2014.

Prezado(a) Especialista,

Como discente do Curso de Mestrado em Avaliação, da Fundação Cesgranrio, venho convidá-lo(a) a compor o painel de especialistas na avaliação que estou desenvolvendo intitulada, PROCESSO SELETIVO PARA BOLSA AUXÍLIO DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFRJ: avaliação do formulário. Pretendo avaliar em que medida o instrumento utilizado no processo seletivo para concessão de bolsas assistenciais, na modalidade Bolsa Auxílio, atende; atende parcialmente ou não atende aos padrões da avaliação estabelecidos no estudo.

Considerando não só a relevância desta avaliação pelo caráter social em que está inserida, mas também sua experiência como profissional na utilização do formulário, objeto deste estudo, acredito que os resultados alcançados possam sinalizar para melhorias no processo seletivo de estudantes de menor poder aquisitivo.

Sua participação é voluntária e será mediada por uma lista de verificação, desenvolvida exclusivamente para esta avaliação. O anonimato será resguardado.

Solicito a gentileza de devolvê-la preenchida, no prazo de três dias, para que se possa dar continuidade ao estudo.

Para tanto, seguem em anexo a lista de verificação com as instruções de preenchimento.

Desde já, agradeço a atenção e tempo dispensados.

Atenciosamente,

Carlos Eduardo de Marins

APÊNDICE C – Lista de verificação

Avaliação da qualidade técnica do formulário utilizado para concessão de bolsas assistenciais, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, modalidade Bolsa Auxílio.

Instruções de preenchimento

Esta Lista de Verificação visa subsidiar a avaliação da qualidade técnica do formulário de concessão de bolsas assistenciais na UFRJ, modalidade de Bolsa Auxílio.

- Na 1ª parte, forneça as informações pedidas.
- Na 2ª parte, utilize-se da descrição de cada item para avaliar o formulário de concessão de bolsas.
- Registre seu julgamento, considerando a seguinte legenda:

A	Atende
AP	Atende Parcialmente
NA	Não Atende

- Em caso de escolha das opções AP ou NA, apresente seus comentários no campo apropriado.

1 - Dados do especialista

Nome:	
Formação profissional:	
Tempo de atuação como avaliador na DAE/UFRJ (em anos):	Local e Data:

2 – Lista de verificação para avaliação do formulário

Item	Descrição	Padrões de julgamento			Comentários adicionais
		A	AP	NA	
1	O conjunto de itens do formulário permite à avaliação dedicar igual atenção a todos os candidatos.				
2	As informações solicitadas pelo formulário de inscrição (<i>on-line</i>) atendem às necessidades de identificação do candidato.				
3	O conteúdo dos itens, que subsidiam a avaliação documental, está em conformidade com as necessidades do processo seletivo.				
4	As informações fornecidas pelo candidato são significativas para o processo seletivo.				

(Continuação)

(Conclusão)

Item	Descrição	Padrões de julgamento			Comentários adicionais
		A	AP	NA	
5	Os valores gerados pelo sistema, a partir de informações fornecidas pelo candidato, são significativos para o processo seletivo.				
6	As informações registradas pelo parecerista são significativas para o processo seletivo.				
7	As informações referentes às condições de existência do candidato são suficientes ao julgamento do(a) parecerista.				
8	As informações solicitadas pelo formulário respeitam os direitos dos candidatos de forma igualitária.				
9	Os elementos do formulário incluindo, tamanho e tipo de fonte, cor da fonte e plano de fundo, disposição dos itens favorecem a leitura.				
10	O tipo de informação, necessário ao processo seletivo, é solicitado, com clareza pelo formulário.				
11	O formulário permite ao avaliador julgar o candidato mantendo a imparcialidade.				
12	As informações fornecidas pelo formulário são inteligíveis e justas para subsidiar a análises dos(as) pareceristas.				
13	As informações fornecidas pelo formulário sustentam interpretações válidas.				
14	As informações solicitadas pelo formulário estão em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Edital.				
15	As informações fornecidas pelo formulário são confiáveis e consistentes.				